

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 200 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará pena. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Julgue os itens seguintes, relativos à Lei de Introdução do Código Civil e à interpretação das leis.

- 1 O processo de interpretação sistemática da norma jurídica consiste no esclarecimento do sentido de uma lei a partir do conteúdo de uma outra ou pelo contexto do sistema legislativo.
- 2 Com a finalidade de resolver e evitar os conflitos que surgem da nova lei em confronto com a lei antiga, o legislador pode acrescentar, no próprio texto normativo, as disposições que têm vigência temporária.

Cíntia foi nomeada, por testamento público, herdeira de Clóvis. Como ela faleceu antes do testador, Clóvis revogou parcialmente o testamento, por instrumento particular, nomeando as filhas de Cíntia suas herdeiras.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 3 A capacidade para adquirir por testamento pressupõe a existência do herdeiro, ou legatário, à época da morte do testador. Tendo falecido antes o herdeiro, perde validade a cédula testamentária.
- 4 A revogação parcial do testamento, como efetivada na hipótese, visando a substituição da herdeira anteriormente nomeada e já falecida, é nula de pleno direito.

Com relação ao regime do casamento, julgue os itens subseqüentes.

- 5 No regime de comunhão parcial, o bem adquirido pela mulher com o produto auferido mediante a alienação de bem particular, ou seja, por sub-rogação, não se inclui na comunhão parcial.
- 6 É nulo e ineficaz o pacto antenupcial firmado por mulher de 55 anos de idade que estabeleça como regime de bens o da comunhão universal.

No referente à união estável, julgue os itens seguintes.

- 7 A Lei n.º 9.278/1996 presume que o patrimônio adquirido na constância da convivência foi formado com esforço comum igualitário dos concubinos. Diante disso, se a união estável tiver sido dissolvida antes da entrada em vigor da citada lei, o percentual que caberá a cada concubino, na partilha do patrimônio adquirido conjuntamente, deve observar a contribuição de cada um para a aquisição dos bens.
- 8 Como o Código Civil não faz qualquer distinção entre união estável e concubinato, os dois termos são usados como sinônimos.

Com referência à responsabilidade civil, julgue os itens que se seguem.

- 9 O estabelecimento comercial não será obrigado a indenizar proprietário de veículo furtado em via pública e que tiver sido entregue ao serviço de manobrista do referido estabelecimento.
- 10 Em matéria de danos causados ao meio ambiente, a responsabilidade é objetiva, independe da existência de culpa e se configura diante da prova do dano, da ação ou da omissão do causador e da relação de causalidade.

- 11 Os pais da vítima de morte em acidente de trânsito não são parte legítima para pleitear indenização por danos materiais, em forma de pensionamento mensal, porque se presume que cabe aos pais sustentar os filhos.
- 12 O estabelecimento bancário responde pelos danos causados a terceiro em decorrência de conta-corrente aberta com documentos falsos.

No que concerne ao direito das sucessões, julgue os itens a seguir.

- 13 Aberta a sucessão pela morte, o acervo hereditário é transmitido, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários, que passam a exercer, por direito próprio, a posse e o domínio sobre os bens deixados, em regime de condomínio universal com os demais sucessores, até que ocorra a partilha.
- 14 A mulher casada em regime de comunhão total de bens não concorre com os filhos em relação à herança do marido, cabendo-lhe a meação dos bens deixados por este.
- 15 Falecendo uma pessoa casada sob o regime da separação de bens, na falta de descendentes ou ascendentes, a sucessão será deferida ao cônjuge sobrevivente se não estava separado judicialmente ou de fato por mais de dois anos.

Em relação ao parentesco, julgue os itens subseqüentes.

- 16 O parentesco colateral é limitado até o sexto grau, e ilimitado na linha reta.
- 17 O parentesco por afinidade entre um cônjuge e os parentes do outro limita-se aos ascendentes e descendentes na linha reta e, na linha colateral, ao terceiro grau.
- 18 A adoção não dependerá de processo judicial se o adotado for maior de dezoito anos de idade e concordar com ela.

À luz do Código Civil, julgue os itens a seguir, com relação ao bem de família.

- 19 Sendo o patrimônio do casal constituído tão-somente por um imóvel residencial, os cônjuges poderão instituí-lo por escritura pública como bem de família, sem quaisquer outros requisitos a não ser a concordância de ambos.
- 20 Com a nova regulamentação no Código Civil a respeito do bem de família, revogou-se a Lei n.º 8.009/1990, que instituiu esse tipo de bem.

Com referência aos contratos, julgue os seguintes itens.

- 21 A doação dos pais a um dos filhos, com o consentimento dos demais filhos, não será considerada adiantamento da herança legítima.
- 22 O adquirente citado para responder ação reivindicatória da coisa adquirida deverá denunciar a lide ao alienante para, na mesma sentença, obter a condenação deste no que se refere aos direitos resultantes da evicção.

Em relação à posse e à propriedade, julgue os itens a seguir.

- 23 Não se adquire a propriedade por usucapião sem sentença que declare tal direito, pois esta é requisito formal da aquisição da propriedade pela prescrição aquisitiva.

- 24 É nula a cláusula inserida no contrato de concessão do direito de superfície que imponha ao proprietário concedente o ônus de indenizar quaisquer construções ou plantações que o superficiário vier a incorporar ao solo.
- 25 O direito de retenção consiste na faculdade do possuidor de manter o poder de fato sobre a coisa alheia, com o objetivo de receber do retomante a indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis nela realizadas de boa-fé.

Com referência aos juizados especiais cíveis, julgue os itens subseqüentes.

- 26 Se o valor da causa der ensejo à propositura de ação pelo procedimento sumário e pelo juizado especial, caberá ao autor a opção entre um e outro, não podendo o réu opor-se à escolha feita.
- 27 O réu poderá deduzir pedido contraposto em seu favor, desde que o faça em peça autônoma, que será apensada aos autos principais e julgada na mesma sentença.
- 28 É vedada a homologação, no juizado especial cível, de transação, obtida em conciliação das partes, cujo valor ultrapasse o limite estabelecido para a competência do juizado especial.

Em relação à competência, julgue os itens a seguir.

- 29 Sendo a incompetência absoluta argüível a qualquer momento ou grau de jurisdição, nada impede que o juiz, uma vez prolatada e publicada a sentença, verificando a sua incompetência absoluta, profira decisão de ofício, ou a requerimento da parte, anulando a sentença e remetendo os autos ao juízo competente, onde o feito prosseguirá.
- 30 As ações que visam à desconstituição de sentença já transitada, seja a rescisória, seja a anulatória de sentença que homologue acordo das partes, serão sempre da competência originária dos tribunais.
- 31 O foro de eleição prevalece sobre o da situação do imóvel, pois a competência territorial é sempre relativa e prorrogável a critério das partes.
- 32 De acordo com a regra processual que determina o *forum rei sitae*, a ação reivindicatória proposta contra empresa pública federal deve correr no foro da situação do imóvel, ainda que o local não seja sede de justiça federal.

Quanto às partes e aos terceiros, julgue os itens que se seguem.

- 33 Configurada a ilegitimidade ativa, deve o juiz indeferir a inicial, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, por carência de ação.
- 34 Ocorre o fenômeno da substituição processual quando o Ministério Público intervém no processo em defesa do interesse de incapazes que não possuem representante legal ou cujos interesses colidem com os daqueles.
- 35 Ocorre substituição processual nos casos em que o curador atua em defesa do réu revel.
- 36 Decretada a falência, qualquer ação contra a massa deverá ser proposta contra o falido em litisconsórcio necessário com o síndico.

Com relação ao processo e aos procedimentos na área cível, julgue os itens a seguir.

- 37 Constituindo as exceções modos de defesa indireta, previstas no capítulo da resposta do réu, somente podem ser opostas pelo réu.
- 38 Proposta exceção, o processo ficará suspenso até que seja proferida a primeira decisão a respeito do tema, e não até o julgamento final da lide.

- 39 Se, proposta ação de conhecimento que objetive o cumprimento de determinado contrato, o réu alegar, em contestação, a falta do interesse de agir, sob o argumento de que o contrato é um título executivo, o juiz, acolhida a alegação, deverá extinguir o feito sem julgamento de mérito.

- 40 A morte de uma das partes suspende o processo no momento de sua ocorrência. É irrelevante, sob este aspecto, o instante em que foi comunicado o óbito ao juízo. Assim, o ato que declara a suspensão do processo por morte da parte tem efeito *ex tunc*.

- 41 O devedor que, diante da recusa do credor em receber, desejar efetuar o pagamento pode efetuar o depósito em favor do credor em conta com correção monetária em agência bancária, sem que para tanto necessite obter alvará judicial autorizando o depósito. Nessa hipótese, não havendo recusa do credor, libera-se o devedor da obrigação.

- 42 Em execução de sentença proferida por juízo incompetente, não pode o executado, em embargos do devedor, alegar a nulidade da sentença por incompetência do juízo que a prolatou.

No que se refere a sentença, coisa julgada, recursos e ação rescisória, julgue os itens subseqüentes.

- 43 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinada sentença que extinguiu o processo sem julgamento de mérito foi cassada pelo tribunal, que, dando provimento à apelação da parte, afastou a preliminar que havia sido acolhida pelo juiz *a quo* e determinou o retorno dos autos à primeira instância.

Nessa situação, não há impedimento à atuação do juiz *a quo* no que se refere a prosseguir no julgamento do feito.

- 44 A sentença de mérito não pode ser objeto de ação rescisória sob o fundamento de violação de norma processual.

- 45 Não ficam acobertados pela autoridade da coisa julgada os fundamentos da sentença, nem a declaração de inconstitucionalidade feita pelo juiz em controle difuso.

- 46 O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de recurso especial, ao examinar a questão federal infraconstitucional, não pode proceder, *incidenter tantum*, ao exame da constitucionalidade da norma aplicada, pois estará usurpando a competência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 47 Ainda que o tribunal não conheça do recurso principal, poderá conhecer do recurso adesivo, desde que satisfeitos os requisitos de admissibilidade a ele concernentes.

- 48 Sentença proferida por juízo incompetente, após o trânsito em julgado e decorrido o prazo da rescisória, tem o vício da incompetência convalidado, sendo válida e eficaz para todos os efeitos.

João trabalhava em um açougue e, ao operar máquina para moer carne, deixou de usar o soquete e sofreu grave acidente, vindo a perder a mão direita. Assistido pela Defensoria Pública, propôs ação acidentária contra o INSS, pleiteando o benefício a que entendia fazer jus e ação por danos materiais e morais contra o empregador.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 49 O juízo estadual é competente para processar e julgar a ação acidentária proposta por João contra o INSS, apesar de ser o demandado autarquia federal.

- 50 Na ação contra o empregador, não há necessidade de comprovar-se a culpa, pois a responsabilidade daquele é sempre objetiva, sendo bastante a comprovação do dano e do nexo de causalidade.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

E aí está o apelante. Vagando de bares a cadeia, de cadeia a internações, com cessações de periculosidade e recidivas a testemunhar a falência da sociedade em termos de recuperação do ser humano desajustado.

Des. Adauto Suannes, TACRIM/SP, AC 284.059.

A partir da leitura do trecho acima, referente à embriaguez habitual, julgue os itens seguintes, acerca de imputabilidade penal.

- 51** O Código Penal não beneficia, com isenção de pena, o agente que cometa crime tomado por embriaguez voluntária. No entanto, possibilita, a critério do juiz, a redução da pena a ser aplicada.
- 52** A imputabilidade deve ser objeto de exame ao tempo da ação ou da omissão. Contudo, no que se refere à embriaguez, o exame será considerado em momento anterior, em face da adoção da teoria da *actio libera in causa*.
- 53** O agente estará isento de pena em virtude da ocorrência de caso fortuito quando se comprovar que desconhecia o efeito inebriante da substância ingerida que, aliado a sua condição fisiológica, o coloca, ao tempo da ação criminosa, em situação de embriaguez completa, com inteira incapacidade de compreender o caráter ilícito do fato.
- 54** Segundo a teoria finalista da ação, a inimputabilidade afasta a culpabilidade, e não a conduta típica e ilícita, pois considera que o dolo está na ação, no tipo, e não, na culpabilidade.
- 55** O Código Penal brasileiro adotou o sistema vicariante (também denominado dualista, de dupla via ou de dois trilhos), fazendo que a medida de segurança aplicada ao inimputável funcione como complemento da pena.

Policiais empreenderam perseguição a um veículo em fuga de barreira policial, vindo a atirar e atingir fatalmente o condutor do veículo, menor, adolescente, que, aproveitando-se da ausência dos pais, utilizava o veículo e temia ser surpreendido. Apurados os fatos, constatou-se que os três policiais que ocupavam os bancos de passageiros da viatura efetuaram disparos a um só tempo, visando a vítima, tendo-se individualizado, pelo confronto balístico, o autor do disparo fatal.

Com relação à situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subseqüentes.

- 56** O motorista da viatura policial não responderá por qualquer crime, uma vez que falta a necessária unidade do elemento subjetivo dirigido à causação do resultado.
- 57** Os disparos de arma de fogo devem ser examinados em relação a cada um dos responsáveis, caracterizando-se, na espécie, a denominada autoria a *longa manus*.
- 58** O autor do tiro fatal responderá por homicídio consumado, e os demais atiradores, por homicídio tentado.

Com respeito ao concurso aparente de normas, julgue os itens seguintes.

- 59** O agente que utiliza o recurso conhecido como nota fiscal calçada e, dessa forma, reduz tributo devido ao erário pratica os crimes de falsidade previsto no Código Penal, em concurso material com crime contra a ordem tributária.
- 60** O agente que ingressa, sorrateiramente, em casa alheia e subtrai, para si, móveis de propriedade dos habitantes comete apenas o delito de furto, ficando absolvido do crime de invasão de domicílio, em face da aplicação do princípio da consunção.
- 61** Tratando-se de crime subsidiário e não se tendo consumado o crime-fim, por motivos alheios à vontade do agente (*conatus*), há de prevalecer o crime em sua ampliação temporal, não se podendo cogitar de ressurgimento da norma subsidiária.
- 62** Segundo orientação do STF, a cópula anal é elemento componente do estupro quando praticada na mesma ação, caso em que se aplicará o princípio da subsidiariedade na solução do conflito aparente de normas.

À luz das causas de extinção da punibilidade, julgue os itens que se seguem.

- 63** Se, em determinada ação penal privada por crime contra a honra, que concomitantemente tramite ação penal pública, o querelante deixar de promover o andamento do feito por mais de três meses e não oferecer alegações finais, ocorrerá a preempção, e o juiz deverá declarar extinta a punibilidade.
- 64** O instituto da preempção só ocorre no curso da ação penal privada instaurada; a decadência ocorre antes de instaurada a ação penal privada ou pública condicionada, e a prescrição, em qualquer ação ou fase, seja antes do oferecimento da denúncia ou queixa, durante a instrução criminal e mesmo após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- 65** O indulto insere-se no exercício do poder discricionário do presidente da República, independentemente do montante de pena, não podendo ser concedido, entretanto, nos casos de crimes hediondos, de tortura e de terrorismo.

Com relação aos crimes contra a vida, contra a honra e contra o patrimônio, julgue os itens subsequentes.

66 Considere a seguinte situação hipotética.

Um agente efetuou disparo de arma de fogo, com *animus necandi*, contra menor de quatorze anos de idade, que veio a falecer em decorrência dos ferimentos após completar aquela idade.

Nessa situação, o autor do disparo responderá por homicídio, e a pena será agravada em razão da idade da vítima.

67 No caso de aborto provocado pela gestante com auxílio de terceiro, há dois crimes autônomos: um praticado pela gestante e outro, pelo auxiliar, ficando afastada a participação.

68 Mediante que adentra em residência e subtrai para si diversos objetos, aproveitando-se do repouso noturno e do sono dos que ali residem, responde por furto agravado.

69 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo efetuou diversos disparos contra determinada pessoa, atingindo-a. Por *aberratio ictus*, atingiu, sem querer, terceira pessoa, causando a morte de ambas.

Nessa situação, em face da continuidade delitiva, o agente responderá por um só crime, sendo a pena aumentada.

70 Apesar de não constar no tipo penal o elemento surpresa, este qualifica o homicídio praticado desde que se assemelhe a traição, emboscada ou dissimulação, estes, sim, previstos expressamente no tipo penal.

71 Considere a seguinte situação hipotética.

Conhecido mediante subtraiu para si a carteira de pedestre que transitava descuidadamente na rua. Foi observado por terceira pessoa, que, após alertar a vítima, saiu ao encalço do larápio, o qual, com golpes de uma barra de ferro que portava, agrediu seu perseguidor e conseguiu assegurar o produto do furto.

Nessa situação, o agente responderá por furto em concurso material com o crime de lesões corporais, agravado pela circunstância de ter sido praticado para assegurar a vantagem patrimonial obtida com o furto.

72 A *res nullius* e a *res derelicta* podem ser objeto material do crime de furto.

73 O agente que faz ligação clandestina e desvia parte da eletricidade, de modo a pagar apenas parcela da energia elétrica consumida, responde pelo crime de estelionato.

Após a prática de atos que aumentaram o prazer erótico e a libido de determinado agente, capaz, este introduziu o dedo na vagina de sua namorada, menor de treze anos de idade e virgem, o que dilacerou o hímen e causou lesões ao meio dia e dezessete horas.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

74 Nessa situação, o agente praticou dois crimes: atentado violento ao pudor, em concurso com lesões corporais de natureza grave, devido à dilaceração da membrana himenal.

75 Na situação em apreço, caso a vítima contraia matrimônio com terceira pessoa, estará extinta a punibilidade do crime.

No que se refere à sentença e a seus efeitos, julgue os itens seguintes.

76 Quando se trata de causa de exclusão da antijuridicidade, a sentença penal gera efeitos no julgamento cível, assim como este, na instância penal.

77 O perdimento de dinheiro considerado como proveito do tráfico de entorpecente na sentença condenatória traduz-se em pena de confisco, que não pode ser confundida com efeito da condenação.

78 Tendo sido oferecida denúncia pela prática de furto simples, poderá o magistrado proferir sentença condenatória por furto qualificado pelo repouso noturno, desde que baixe o feito ao Ministério Público para aditamento da denúncia e, aditada, abra vista à defesa, ainda que, em alegações finais, o *parquet* tenha pedido condenação por furto simples.

Com relação à prisão e à liberdade provisória, julgue os itens subsequentes.

79 A perseguição exigida no flagrante impróprio pode ser caracterizada pelo patrulhamento e guarda visando à prisão do autor do delito, uma vez que a legislação não explicita as diligências que a caracteriza.

80 A prisão em flagrante poderá ser relaxada pelo juiz caso não estejam presentes os requisitos autorizadores do decreto de prisão preventiva, sendo que, em se tratando de crime de sonegação fiscal, haverá de ser fixada, obrigatoriamente, fiança, independentemente da situação financeira do preso.

81 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo, após regular prisão em flagrante pela prática de crime contra a ordem tributária, obteve liberdade provisória mediante o pagamento da fiança de R\$ 15.000,00. Em seguida, e ainda na fase de inquérito, foi pago o valor de R\$ 2.000,00 relativo ao débito tributário e acessórios apurado pelo fisco, e julgada extinta a punibilidade do crime.

Nessa situação, o valor da fiança deverá ser devolvido em sua integralidade.

Julgue os seguintes itens à luz da Lei n.º 9.099/1995.

- 82** Havendo negativa do promotor de justiça em oferecer proposta de *sursis* processual, por entender ausentes os elementos objetivos, o magistrado poderá oferecer diretamente a proposta, conforme condições previstas taxativamente na lei.
- 83** Não ofende ao princípio constitucional da inocência a negativa do Ministério Público em oferecer proposta de suspensão condicional do processo pelo fato de o denunciado responder a outro processo, em que sequer foi realizado o interrogatório.
- 84** A suspensão condicional do processo não é direito público subjetivo do réu, podendo ou não ser oferecida proposta pelo querelante, quando se tratar de ação penal privada.
- 85** A suspensão condicional do processo será concedida no caso de concurso de crimes cuja pena mínima, pelo somatório, exceder um ano, caso em que o período de provas deverá ser de quatro anos.
- 86** Caracteriza os institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo a formação prévia da *opinio delicti* pelo membro do Ministério Público.

Após envolvimento em infração penal de menor potencial ofensivo, Tício foi encaminhado ao juizado especial criminal, onde o promotor de justiça requereu a abertura de inquérito policial em face da complexidade do caso, o que impediu a formulação imediata da denúncia. Posteriormente, foi oferecida, perante o juízo criminal da comarca, denúncia, que tramitou pelo rito sumário, findando pela absolvição. O assistente de acusação recorreu, e o recurso foi distribuído à turma recursal, que lhe deu provimento e condenou Tício a dois meses de detenção, pena substituída por prestação pecuniária à vítima.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 87** Se for impetrado *habeas corpus* contra a decisão condenatória, a competência para conhecer da ordem será do STJ.
- 88** Mesmo tratando-se de infração penal de menor potencial ofensivo, a ação penal poderá ser processada perante o juízo comum, em face dos argumentos aduzidos pelo promotor de justiça.
- 89** Dada a natureza da matéria veiculada, o encaminhamento do recurso à turma recursal foi efetivado corretamente.

90 Não deve ser conhecida ordem de *habeas corpus* que venha a ser impetrada já que, com a substituição da pena privativa de liberdade por prestação pecuniária, cessou o dano potencial à liberdade de locomoção.

91 Importante na solução do problema é a análise do princípio do juiz natural, que deriva de cláusula constitucional tipicamente bifronte — ora representa um direito do réu, ora traduz uma imposição ao Estado —, a qual prescreve que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

Com relação ao julgamento no júri e sua competência, julgue os seguintes itens.

- 92** Após regular julgamento por tribunal do júri que tenha desclassificado o crime de tentativa de homicídio para lesões corporais leves, deve o juiz presidente proferir sentença condenatória ou absolutória, nos termos das provas dos autos.
- 93** Reconhecida pelo conselho de sentença a existência de homicídio privilegiado, deve o juiz presidente julgar prejudicado o quesito referente à qualificadora objetiva, por sua incompatibilidade com tal circunstância, de índole subjetiva.
- 94** Havendo dúvida quanto à ocorrência de aborto, se espontâneo ou induzido, deve o fato ser julgado pelo tribunal do júri, competente para o conhecimento e o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, já que a dúvida deverá ser resolvida em favor da sociedade.
- 95** Se circunstâncias agravantes, que são o juízo de admissibilidade e o limite da acusação, não constarem da sentença de pronúncia nem do libelo, ao Ministério Público é defeso incluí-las por ocasião dos debates.
- 96** O réu que tenha praticado crime de homicídio e seja portador de desenvolvimento mental retardado e sem plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, não será submetido a julgamento perante o tribunal do júri, já que a ele será aplicada medida de segurança.

Julgue os itens que se seguem.

- 97** Qualquer cidadão poderá apresentar, perante o STF, denúncia por crime de responsabilidade contra ministro de Estado, dado que o instituto do *impeachment*, cujo processo é eminentemente político e de índole criminal, é de natureza mista.
- 98** A denúncia oferecida em face de designação de promotor de justiça pelo procurador-geral de justiça não ofenderá o princípio do promotor natural quando estiver ausente a manipulação casuística ou a designação seletiva capaz de afetar o exercício pleno e independente das funções do *parquet*.
- 99** Uma denúncia poderá ser aditada a qualquer tempo para incluir qualificadora que não conste expressamente da inicial, desde que ocorra antes da prolação da sentença de pronúncia.
- 100** Nos crimes de autoria coletiva, a denúncia pode narrar genericamente a participação, ficando, para a instrução criminal, a individualização da conduta.

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

Acerca da teoria da constituição e da hermenêutica constitucional, julgue os itens que se seguem.

- 101** No atual regime constitucional brasileiro, a convocação de uma assembléia nacional constituinte, dotada de poder constituinte originário, apenas poderia ser feita mediante uma emenda à constituição.
- 102** De acordo com jurisprudência do STF, não se admite interpretação extensiva de normas definidoras de direitos fundamentais, pois a concessão de benefícios deve ser interpretada de forma restrita.
- 103** Em virtude do cânone hermenêutico de que a norma posterior prevalece sobre a anterior, se ocorrer colisão entre um princípio constante do texto original da Constituição da República e um princípio nela inserido por emenda constitucional, deve prevalecer o segundo princípio.

Relativamente à organização político-administrativa e à responsabilidade civil do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 104** Na organização da República Federativa do Brasil, os municípios são entes federados que não têm subordinação hierárquica frente à União nem aos estados-membros.
- 105** Se uma emenda constitucional revogasse os dispositivos que conferem à União competência privativa para legislar sobre transporte, a competência para legislar acerca dessa matéria passaria aos estados federados.
- 106** A competência para legislar acerca da defensoria pública é concorrente e, portanto, no tocante à organização da defensoria pública nos estados, a União apenas tem competência para estabelecer regras gerais.

Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à administração da justiça, julgue os itens abaixo.

- 107** Seria inconstitucional lei complementar do estado do Amazonas que criasse uma carreira específica de juiz eleitoral estadual, com competência para apreciar e julgar questões relativas às eleições municipais e estaduais ocorridas no âmbito do Amazonas.
- 108** A criação de uma nova vara cível na comarca de Manaus – AM somente pode ser feita mediante lei estadual, lei esta cuja iniciativa é exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM).
- 109** Seria inconstitucional uma lei complementar estadual que facultasse aos defensores públicos do estado do Amazonas o exercício da advocacia fora das suas atribuições institucionais, mesmo que este exercício fosse limitado tão-somente a causas contra a União.
- 110** Se um defensor público do estado do Amazonas for acusado de crime de corrupção passiva, ele deverá ser julgado pelo TJAM, pois a Constituição da República estabelece foro privilegiado para os defensores públicos, assim como para os membros do Ministério Público e da magistratura.
- 111** O Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão do Poder Judiciário competente para julgar as impugnações que o Ministério Público dirigir contra a execução orçamentária da administração pública federal.

No tocante ao direito constitucional acerca de matéria tributária, julgue os itens subsequentes.

- 112** Seria inconstitucional um dispositivo de lei ordinária que definisse que os locatários deveriam ser contribuintes do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

113 Seria inconstitucional que o município de Manaus–AM cobrasse taxa de limpeza urbana relativamente a um imóvel que funcionasse como templo de uma igreja evangélica, pois a Constituição da República determina que os templos de qualquer culto são imunes à incidência de tributos.

114 Proposta de emenda constitucional que estabelecesse exceção ao princípio da anterioridade tributária seria eivada de inconstitucionalidade, por ser esse princípio um direito individual que configura cláusula pétrea.

Julgue os itens seguintes, referentes ao processo legislativo.

115 Caso o presidente da República editasse medida provisória dilatando o prazo de encerramento do alistamento eleitoral, com o objetivo de propiciar a inclusão de um maior número de eleitores nos pleitos municipais de 2004, esse diploma normativo seria inconstitucional.

116 Considerando que a República Federativa do Brasil conta com oitenta e um senadores, é correto afirmar que, para a aprovação de um projeto de lei complementar, é preciso que, no mínimo, quarenta e um senadores votem favoravelmente à sua aprovação.

Julgue os itens a seguir, considerando a hipótese de que estivesse sendo debatida a possibilidade de efetuar o desmembramento do estado do Amazonas, criando um novo estado.

117 Para que fosse possível a criação desse novo estado, seria necessária a edição de lei federal complementar que estabelecesse o desmembramento.

118 A lei que determinasse a criação do novo estado operaria efeitos somente a partir da data em que fosse aprovada, mediante referendo, pela população diretamente interessada no desmembramento.

119 A criação do estado acarretaria alteração no número de senadores da República.

Acerca do direito constitucional, julgue os itens que se seguem.

120 Considere a seguinte situação hipotética.

Jacques, com idade de 17 anos, nascido na França, fala e escreve perfeitamente o português, pois, apesar de nunca haver visitado o Brasil, aprendeu a língua com sua mãe, que, à época de seu nascimento, era a embaixadora brasileira na França.

Nessa situação, é correto afirmar que Jacques tem direito de alistar-se como eleitor no Brasil, mas não tem a obrigação de fazê-lo.

121 Na norma constitucional que determina ser a casa asilo inviolável do indivíduo, a palavra “casa” significa imóvel voltado precipuamente a fins residenciais e, portanto, a inviolabilidade domiciliar não se aplica a imóveis com finalidade eminentemente comercial, tais como o escritório de um advogado ou o consultório de um médico.

122 Se o Poder Executivo do Amazonas negar-se terminantemente a cumprir um mandado judicial de reintegração de posse emitido pelo TJAM, o presidente desse tribunal terá competência para solicitar diretamente ao presidente da República a intervenção federal no estado, sendo que tal intervenção somente poderá ser efetivada se o decreto presidencial que a determinar for ratificado tanto pelo STF quanto pelo Congresso Nacional.

123 Se o STF declarar, em sede de controle difuso, a inconstitucionalidade de um artigo de lei estadual, a competência para suspender a execução da norma declarada inconstitucional não é do Senado Federal e sim do presidente da respectiva assembléia legislativa.

124 Se o STF declarar, por via de exceção, a inconstitucionalidade de dois artigos de uma lei federal, ele poderá fazê-lo, pois a declaração de inconstitucionalidade gera, para o Senado, a possibilidade, mas não a obrigação, de suspender a execução dos dispositivos incidentalmente declarados inconstitucionais pelo STF.

125 Diferentemente do que ocorre com as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade sempre são dotadas de efeito vinculante.

Acerca da disciplina que rege os concursos públicos, julgue os itens a seguir.

126 Seria inconstitucional uma lei que estabelecesse que determinados cargos em comissão seriam providos mediante concurso público.

127 De acordo com a jurisprudência do STF, um candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital de um concurso público tem direito subjetivo público a ser nomeado durante o prazo do concurso.

128 A Constituição da República determina que os cargos e empregos públicos são acessíveis apenas aos brasileiros e, portanto, seria inconstitucional um ato administrativo que admitisse a inscrição de um estrangeiro para a realização de um concurso público no Brasil.

Considerando que Reinaldo foi nomeado para o cargo de defensor público do estado do Amazonas, julgue os itens subsequentes.

129 O ato de nomeação de Reinaldo não é vinculado, mas discricionário.

130 O ato de nomeação de Reinaldo não pode ser revogado pela administração pública.

131 Após ser nomeado, e antes de entrar em exercício, Reinaldo deve assinar o termo de posse, que é um contrato administrativo de adesão em que são definidas as regras que regerão a prestação das atividades legalmente definidas para o seu cargo.

132 A partir da data de sua posse, Reinaldo tem responsabilidade civil objetiva pelos atos que praticar no estrito cumprimento de seus deveres funcionais.

Julgue os itens seguintes, acerca da desapropriação, do tombamento e das limitações administrativas ao direito de propriedade.

133 A União somente poderia desapropriar o prédio em que funciona a sede da Defensoria Pública do Estado do Amazonas se esta desapropriação fosse autorizada por decreto editado pelo governador do Amazonas.

134 Tanto no tombamento como na desapropriação, a prévia indenização é requisito de validade do próprio ato.

135 A desapropriação por utilidade pública é um ato administrativo vinculado, pois a lei determina os casos em que esse instituto administrativo pode ser utilizado.

136 Se a legislação de proteção ambiental vedar o corte de toda a vegetação que cobre uma determinada propriedade rural, esvaziando o seu conteúdo econômico, é correto afirmar que nesse caso terá ocorrido desapropriação indireta do referido imóvel.

A administração direta do estado do Amazonas multou Cristiano por imputar a ele uma determinada infração ambiental. Inconformado, Cristiano realizou pedido administrativo de anulação da multa, por considerá-la ilegal, mas sua solicitação foi indeferida. Irresignado, ele recorreu dessa decisão indeferitória, mas ingressou com o recurso fora do prazo.

Acerca da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

137 Embora a intempestividade obste o conhecimento do recurso, nada impede que a autoridade administrativa competente reconheça a procedência da argumentação de Cristiano e anule, de ofício, a penalidade.

138 Para que tenha direito a postular judicialmente a anulação da referida multa, Cristiano precisa comprovar que exauriu todos os recursos administrativos possíveis.

139 O ato administrativo que estabeleceu a multa impugnada por Cristiano caracteriza exercício de poder de polícia.

Uma lei do município de Manaus – AM estabeleceu que, a partir de 1.º/12/2003, para estacionar veículos em uma determinada área pública do centro da cidade, área esta que atualmente é destinada para fins de estacionamento gratuito, os motoristas passariam a ter de pagar aos cofres municipais a quantia de R\$ 1,00 por hora.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes.

140 A relação jurídica que passaria a existir entre o município e o motorista que estacionasse seu veículo na referida área não seria um contrato de locação, mas sim um contrato de concessão de direito real de uso.

141 Se o município contratar uma empresa, remunerando-a com recursos públicos, para que ela cobre dos motoristas o preço fixado pela referida lei, esse contrato administrativo não poderá ser caracterizado como concessão de serviço público.

142 A instituição da cobrança pelo estacionamento fará que a referida área deixe de ser bem de uso público comum do povo e passe a ser bem de uso especial.

No tocante às licitações e aos contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

143 O pregão é uma forma híbrida de licitação, combinando elementos da concorrência pública e do leilão, que não pode ser realizada pela administração estadual porque, até o presente momento, somente existe lei federal instituindo essa espécie licitatória no âmbito da administração federal.

144 Na tomada de preços, somente podem participar as empresas que efetuaram cadastro perante a administração pública antes da publicação do edital.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens abaixo.

145 Nos casos de danos resultantes de omissão, o Estado responde apenas pelos atos praticados culposamente pelos seus servidores, pois o dolo do servidor público elide a responsabilidade estatal.

146 Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião, sendo imprescritíveis tanto os bens de uso comum do povo como os bens de uso especial.

147 A Constituição da República limita a remuneração mediante subsídio a membros de poder, a detentores de mandato eletivo, a ministros de Estado e a secretários estaduais e municipais, motivo pelo qual seria inconstitucional lei complementar estadual que fixasse remuneração por subsídio para os defensores públicos do estado do Amazonas.

148 Se um servidor solicitar regularmente sua exoneração, o ato administrativo que o exonerar será vinculado e não discricionário.

149 A administração indireta federal é composta tanto por pessoas jurídicas de direito público quanto por pessoas jurídicas de direito privado.

150 No processo administrativo, têm direito de recorrer de uma decisão não apenas as partes envolvidas no processo, mas quaisquer titulares de direitos e interesses que forem afetados pela decisão recorrida.

LÍNGUA PORTUGUESA, CÓDIGO DO CONSUMIDOR, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LEI COMPLEMENTAR n.º 1, DE 30/3/1990 E LEI COMPLEMENTAR n.º 80, DE 12/1/1994

Texto I – itens de 151 a 161 e de 171 a 176

Ética e moral

1 Que é ética? Que é moral? São a mesma coisa ou há distinções a serem feitas? Há muita confusão acerca disso.

4 Tentemos um esclarecimento. Na linguagem comum e mesmo culta, ética e moral são sinônimos. Assim, dizemos “Aqui há um problema ético” ou “um problema moral”. Com isso emitimos um juízo de valor sobre alguma prática pessoal ou social, se boa, se má, se duvidosa.

7 Mas, aprofundando a questão, percebemos que ética e moral não são sinônimos. A “ética” é parte da filosofia. Considera concepções de fundo, princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. Dizemos, então, que tem caráter e boa índole. A 10 “moral” é parte da vida concreta. Trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores aceitos. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com valores e costumes que podem ser, eventualmente, questionados pela ética. Uma pessoa pode ser moral (segue costumes) mas não necessariamente ética (obedece a princípios).

13 Embora úteis, essas definições são abstratas, porque não mostram o processo como a ética e a moral, efetivamente, surgem.

Leonardo Boff. *In: O popular*, 4/7/2003, p. 8 (com adaptações).

A respeito das idéias e da estrutura do texto I, julgue os itens a seguir.

- 151 Ao compreender o título e constatar, no início da exposição, uma série de interrogações, de cunho filosófico, o leitor depreende que está perante uma estrutura textual expositiva, ou dissertativa.
- 152 A substituição de “acerca disso” (l.2) pela expressão **sobre disso** não altera o sentido nem a sintaxe do texto.
- 153 A partir do segundo parágrafo, o autor passa a responder às questões apresentadas no parágrafo inicial.
- 154 Segundo o texto, as duas palavras que compõem o título são sinônimos perfeitos, tanto na língua culta quanto na coloquial.
- 155 Ao empregar a forma verbal “dizemos” (l.4), o autor está se referindo à população em geral, indiscriminadamente, e não apenas às pessoas cultas.
- 156 Infere-se do texto que o leitor deve desconfiar de quem se utiliza da linguagem comum para expressar um juízo de valor, tanto bom, quanto mau.
- 157 Ao iniciar o terceiro parágrafo com a conjunção “Mas” (l.8), o autor passa a explorar o assunto sob outro enfoque, oposto ao que estava sendo apresentado antes.
- 158 Todas as pessoas que têm “caráter e boa índole” (l.12) norteiam suas condutas por princípios sólidos e convicções inabaláveis.
- 159 A distinção sutil entre ética e moral interessa apenas àqueles que têm por função social orientar a “prática real das pessoas” (l.13).
- 160 Na linha 19, pelo emprego do pronome demonstrativo “essas”, depreende-se que o substantivo “definições” refere-se às palavras que, ao longo do texto, são postas em confronto: ética e moral.
- 161 As seguintes relações estão adequadas às idéias desenvolvidas no texto:

ética	relativa a valores, princípios, orienta as condutas individuais
moral	relativa a práticas, costumes, determina as condutas sociais

Texto II – itens de 162 a 176

1 Para entender as distinções entre ética e moral, os gregos partiam da experiência, sempre válida, do sentido de “morada”: a morada entendida, 4 essencialmente, como o conjunto de relações entre o meio físico e as pessoas. Chamam a morada de *ethos* (em grego, com o *e* longo). Para que a morada seja 7 morada, precisa-se organizar o espaço físico — quartos, sala, cozinha — e o espaço humano — relações dos moradores entre si e com seus vizinhos — segundo 10 critérios, valores e princípios para que tudo flua e esteja a contento. Isso confere caráter à casa e às pessoas. Ao que os gregos chamam de *ethos*, nós diríamos ética e 13 caráter ético das pessoas.

Na morada, os moradores têm costumes, maneiras de organizar as refeições, os encontros, estilos 16 de relacionamento, tensos e competitivos ou harmoniosos e cooperativos. A isso os gregos chamavam também de *ethos* (com o *e* curto); nós 19 diríamos moral e postura moral de uma pessoa.

Ocorre que esses costumes (moral) formam o caráter (ética) das pessoas. Winnicot, prolongando os 22 trabalhos de Freud, estudou a importância das relações familiares para estabelecer o caráter das pessoas. Elas serão éticas (terão princípios e valores) se tiverem tido 25 uma boa moral (relações harmoniosas e inclusivas) em casa.

Os medievais não tinham as sutilezas dos 28 gregos. Usavam a palavra “moral” tanto para os costumes quanto para o caráter. Distinguiam a moral teórica que estuda os princípios e as atitudes que 31 iluminam as práticas, e a moral prática que analisa os atos à luz das atitudes e estuda a aplicação dos princípios à vida.

Idem, ibidem (com adaptações).

Considerando a construção morfossintática, semântica e discursiva do texto II, julgue os itens a seguir.

- 162 O trecho “Para entender as distinções entre ética e moral” (l.1) equivale, semanticamente, a **Para se entenderem as distinções entre ética e moral**.
- 163 Está sintaticamente correta a reescritura de “Isso confere caráter à casa e às pessoas” (l.11) como **Isso confere caráter para a casa e para os seus ocupantes**.
- 164 A substituição da parte sublinhada em “têm costumes” (l.14) pelo pronome oblíquo correspondente está correta em **tê-los**.
- 165 As observações “com o *e* longo” (l.6) e “com o *e* curto” (l.18) revelam que, em grego, as alterações de pronúncia produziam mudanças de sentido nas palavras.
- 166 As palavras “caráter” e “éticas” recebem acento agudo porque são proparoxítonas.

- 167 Depreende-se do texto que Freud foi contemporâneo a Winnicot nos estudos sobre a importância da família e seu sucessor na configuração do caráter das pessoas.
- 168 Depreende-se das relações sintáticas e semânticas do período “Elas serão (...) em casa” (l.23-26) que as pessoas com princípios e valores só serão éticas caso tenham vivido relações harmoniosas e inclusivas, em família.
- 169 Ao registrar que “Os medievais não tinham as sutilezas dos gregos” (l.27-28), o texto informa que os povos românicos, no período medieval, não eram sutis.
- 170 A pontuação da seguinte reescritura do último período do texto (l.29-32) está correta, pois não altera o sentido original: **Os medievais faziam distinção entre a moral teórica (que estuda os princípios e as atitudes que iluminam as práticas) e a moral prática que analisa os atos à luz das atitudes e estuda a aplicação dos princípios à vida.**

Texto III – itens de 171 a 176

- 1 Quais a ética e a moral vigentes hoje? A capitalista. Sua ética diz: bom é o que permite acumular mais com menos investimento e em menos tempo possível. Sua moral concreta
- 4 reza: empregar menos gente possível, pagar menos salários e impostos e explorar mais a natureza. Imaginemos como seria uma casa e uma sociedade que tivessem tais costumes
- 7 (moral) e produzissem caracteres (éticos) assim conflitivos. Seriam ainda humanas e benfazejas à vida? Eis a razão da grave crise atual.

Idem, ibidem (com adaptações).

Considerando os textos I, II e III, julgue as idéias e a correção gramatical dos itens que se seguem.

- 171 A autoria, a fonte e o tema dos textos I e II são os mesmos do texto III; isso, no entanto, não é suficiente para assegurar que são fragmentos de um mesmo todo textual.
- 172 O texto III, perante os textos I e II, circunscreve espacialmente o tema tratado; o contexto brasileiro, desde a Revolução Industrial.
- 173 Nas linhas 2 e 3 do texto III, “Sua” refere-se, respectivamente, à ética capitalista e à moral capitalista hodiernas.
- 174 No texto III, após as formas verbais “diz” (l.2) e “reza” (l.4) os dois-pontos estão empregados porque houve a supressão do pronome relativo **que**.
- 175 No texto III, o emprego do adjetivo “conflitivos” (l.7) e a pergunta retórica “Seriam ainda humanas e benfazejas à vida?” (l.8), que enseja a resposta **Não**, evidenciam a postura antiética e amoral que perpassa o texto.
- 176 Segundo o autor, tanto a ética quanto a moral capitalistas são causas negativas do contexto da modernidade: a “grave crise atual” (l.9, texto III).

Governo do Estado do Amazonas
Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Of. n.º 125/2003/SG

Manaus, 5 de outubro de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Jaime da Luz,
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Demarcação de terras indígenas

Senhor Deputado,

Informo a Vossa Excelência que as medidas tomadas em favor da demarcação das terras indígenas estão amparadas pelo procedimento administrativo consuetudinário, com amparo legal e tendo em vista os princípios éticos, conforme reza a moral e os bons costumes.

Reforço que a demarcação de terras indígenas deve ser precedida de estudos e levantamentos técnicos que atendam ao disposto no art. 231, § 1.º, da Constituição Federal, os quais devem incluir os aspectos etno-históricos, sociológicos, cartográficos e fundiários. O exame deste último aspecto deve ser feito conjuntamente com o órgão federal ou estadual competente.

Sendo o que nos traz no momento, reiteramos nossas saudações.

Atenciosamente,

Marina Severina Nordestina
Secretária Geral

A partir das informações contidas no documento acima, julgue os itens subseqüentes.

- 177 Esse documento, com a data corretamente redigida e localizada, é o centésimo vigésimo quinto ofício expedido pelo órgão supracitado, sob a responsabilidade da secretaria geral.
- 178 No endereçamento, há um erro quanto ao emprego do pronome de tratamento, pois deveria constar, abreviadamente, **V. S.ª**, ou seja, **Vossa Senhoria**.
- 179 A signatária, ao flexionar no singular a forma verbal “reza”, no primeiro parágrafo do texto, expressa que considera coisas distintas a “moral” e os “bons costumes”.
- 180 O fecho dessa correspondência, adequadamente redigido e localizado, serve também para fechamento dos expedientes denominados memorando e requerimento.

Quanto ao Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CBDC) — Lei n.º 8.078/1990 —, julgue os itens abaixo.

181 Para fins da incidência do CBDC, o conceito legal de consumidor é de base econômica e não sociológica, ou seja, pode considerar-se consumidor, em princípio, qualquer pessoa que adquira bens ou serviços como destinatário final, independentemente da classe ou do grupo social a que pertença.

182 Em face da previsão legal de assistência do poder público aos consumidores, o Ministério Público e a Defensoria Pública têm legitimidade ativa concorrente para ajuizar quaisquer ações necessárias à defesa do interesse individual de um consumidor.

183 Considere a seguinte situação hipotética.

Anos atrás, a empresa ABC lançou no mercado o filtro ABC para aquários de água doce, que funcionava satisfatoriamente de acordo com suas especificações, embora com as limitações técnicas indicadas em sua rotulagem e no manual de instruções. Depois de anos de comercialização desse filtro, uma concorrente lançou o filtro DEF, com a mesma finalidade, porém de qualidade nitidamente superior, sem as limitações do modelo ABC, em virtude de avanços tecnológicos.

Nessa situação, se um consumidor adquirir o filtro ABC após já estar sendo comercializado o filtro DEF, por não saber das qualidades superiores do segundo, terá direito a obter ressarcimento do fabricante ABC, pois o produto deste será legalmente considerado defeituoso.

184 Considere a seguinte situação hipotética.

A empresa GHI produz computadores e é controladora da subsidiária JKL, que produz monitores de vídeo. A primeira cometeu ato ilícito que lesou um seu consumidor.

Nessa situação, em face da Lei n.º 8.078/1990, o fato de a empresa JKL ser controlada pela GHI não significará, necessariamente, que a JKL tenha de responder pela obrigação de indenizar surgida pelo ato da outra.

185 Na defesa dos direitos dos consumidores em juízo, a regra geral é a de que o fornecedor deve submeter-se à execução específica e não à genérica.

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — Lei n.º 8.069/1990 —, julgue os itens a seguir.

186 Considere a seguinte situação hipotética.

Pablo e Pilar, um casal espanhol residente em Barcelona, na Espanha, veio ao Brasil com a intenção de adotar uma criança, obedecendo a todas as regras legais. Durante o período necessário a consumir-se a adoção, eles passaram a conviver com a criança Frederica e tiveram a certeza de que ela era a criança desejada.

Nessa situação, a medida jurídica legalmente adequada para regularizar a posse de fato de Frederica por Pablo e Pilar será o deferimento da guarda, a qual poderá ser concedida liminar ou incidentalmente.

187 Considerando que Carlos tem nove anos de idade e possui pais vivos, com os quais reside, é legalmente possível, nos termos do ECA, o deferimento de tutela sobre sua pessoa a terceiros sem que isso implique a perda do poder familiar de seus pais.

188 Juridicamente, se um indivíduo menor de dezoito e maior de doze anos de idade praticar conduta descrita na lei como crime ou contravenção penal, ele terá cometido ato infracional. A prova da idade, para definir o regime jurídico aplicável — se o das leis penais ou o do ECA —, deve ser feita, como regra, por meio da certidão de nascimento ou de documento oficial de identidade, mas pode basear-se em outras fontes de convencimento da autoridade judicial.

189 Por meio da remissão, o adolescente que haja praticado ato infracional não será submetido ao processo respectivo. A remissão é instituto cuja concessão é de competência do representante do Ministério Público, sujeito a homologação por parte da autoridade judicial. Na hipótese de esta não aquiescer à remissão, os autos deverão ser remetidos ao procurador-geral de justiça, para que este reexamine o ato do promotor de justiça.

190 Contra decisões do conselho tutelar baseadas na legislação da criança e do adolescente, cabem os recursos previstos no Código de Processo Civil, cujo sistema recursal é aplicável por força do ECA.

Em relação à Lei Orgânica da Defensoria Pública — Lei Complementar n.º 80/1994, da União —, julgue os itens subseqüentes.

191 Para que defensor público atue em juízo contra pessoa jurídica de direito público, deverá obter autorização prévia do defensor público geral, ressalvadas as situações de urgência, como a de evitar perecimento de direito, caso em que poderá agir *ad referendum* do chefe da instituição.

192 O defensor público tem o direito de recusar promoção na carreira, e essa decisão não o impedirá de concorrer a promoção futura.

193 Considere a seguinte situação hipotética.

Certa madrugada, um defensor público agrediu uma pessoa e causou-lhe, injustamente, lesões corporais leves, diante de testemunhas. Ao chegar à delegacia de polícia, não assumiu a autoria do fato e se recusou a comparecer perante o juizado especial criminal.

Nessa situação, considerando que a prática do crime de lesões corporais simples, em face da pena mínima aplicável, é compatível com a concessão de fiança, não poderia ser preso o defensor público, pois a esse agente público só é impositiva prisão em flagrante no caso de crime inafiançável, consoante a Lei Complementar n.º 80/1994.

194 Devido ao fato de os defensores públicos patrocinarem, eminentemente, interesses privados perante o Poder Judiciário, não se lhes aplicam as restrições legais concernentes aos casos de impedimento e de suspeição.

195 Não obstante o dever legal dos defensores públicos de patrocinar a defesa dos necessitados, tanto judicial quanto extrajudicialmente, e o de promover, em favor destes, a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, aqueles agentes públicos não estão juridicamente obrigados a interpor recurso sempre que a decisão judicial for desfavorável aos interesses do defendido.

A respeito da Lei Complementar n.º 1/1990, do Amazonas, julgue os itens que se seguem.

196 Embora a função precípua da defensoria pública seja a de prestar assistência jurídica aos economicamente necessitados, pode haver casos em que o órgão postule validamente em favor de pessoas que tenham recursos suficientes para a própria defesa; pode também a defensoria pública promover ação penal.

197 Estritamente de acordo com a Lei Complementar n.º 1/1990, do Amazonas, os membros da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPEAM) detêm autonomia funcional, a qual, todavia, não veda a possibilidade de o defensor público geral avocar atribuição de membro do órgão, desde que o faça de maneira fundamentada e *ad referendum* do conselho superior da instituição.

198 Considere a seguinte situação hipotética.

Um cidadão dirigiu-se a uma repartição da DPEAM afirmando haver sido preso ilegalmente e sofrido violência por parte de agentes públicos, a qual lhe havia causado lesões cujas marcas podiam ser vistas a olho desarmado. O cidadão afirmou-se interessado em que o órgão promovesse ação de indenização contra o estado pelos danos que sofrera. O defensor público verificou a necessidade de laudo de exame de lesões corporais e encaminhou a vítima ao instituto médico-legal, com ofício requisitando a realização do exame.

Nessa situação, agiu erradamente o defensor público, pois deveria ter encaminhado o cidadão ao Ministério Público, para que este requisitasse o exame, uma vez que, de acordo com a Lei Complementar n.º 1/1990, do Amazonas, os membros da DPEAM não podem requisitar exames ou perícias de órgãos públicos.

199 O defensor público, para sua própria segurança, somente deve atuar processualmente com respaldo em instrumento de mandato, o qual, porém, é dispensável no caso de o representado estar em local incerto e não sabido ou, por qualquer motivo, ser revel.

200 Considere a seguinte situação hipotética.

Antônio solicitou a um defensor público que promovesse determinada ação. Após a análise do caso, o defensor recomendou a Antônio, com base em dados técnicos, que desistisse de sua intenção, tanto pela improcedência da postulação quanto pelo prejuízo que o ajuizamento poderia causar aos interesses do cidadão. Este, entretanto, insistiu no ajuizamento, não se sabe se por ignorância ou outra razão.

Nessa situação, o procedimento correto do defensor seria, mesmo ante a insistência do interessado, recusar-se a patrocinar a ação e comunicar suas razões ao defensor público geral.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
Concurso Público – Cargo: DEFENSOR PÚBLICO DE 4.^a CLASSE
Aplicação: 5/1 0/2003

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS DAS PROVAS OBJETIVAS

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB) divulga os gabaritos oficiais definitivos das provas objetivas aplicadas no dia 5 de outubro de 2003.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	C	C	C	E	C	E	E	C	E	C	C	C	C	E	E	E	E	E	E	C	E	E	C
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	E	E	E	E	E	E	C	E	C	E	E	C	C	C	C	C	E	C	E	E	C	C	E	
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
E	C	C	C	E	C	E	C	E	C	C	E	C	C	C	C	E	C	E	C	E	E	E	E	
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
E	E	C	C	+	C	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C	E	E	C	E	E	E	C	C	
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125
E	E	E	C	C	C	C	C	C	E	E	C	E	C	C	C	C	E	C	C	E	E	E	C	E
126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
C	+	E	C	C	E	E	E	E	E	C	C	E	C	E	C	E	E	E	E	E	E	C	C	C
151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175
C	E	C	E	C	E	C	E	E	C	C	C	C	E	C	E	E	E	E	C	C	E	C	E	E
176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200
C	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C	C	C	E	E	C

OBSERVAÇÃO:

+

 ITEM ANULADO

 ITEM COM GABARITO AL TERADO/ATUALIZADO

RAZÕES PARA ANULAÇÃO/ALTERAÇÃO DE GABARITO

- **item 80** – anulado em razão de o termo “relaxada” ter sido utilizado incorretamente, gerando ambigüidade.
- **item 125** – gabarito alterado por contrariar disposição de lei federal.
- **item 127** – anulado considerando que há evidências de divergência doutrinária e de instabilidade jurisprudencial.

PROVA DISCURSIVA P₅

Na prova a seguir — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para as respectivas **FOLHAS DE TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva P₅, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos das provas discursivas**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Sueli adquiriu na Loja Paraná uma geladeira, uma máquina de lavar e uma mesa de jantar por meio de financiamento da Financeira Crédito Fácil, localizada dentro da Loja Paraná, no valor das mercadorias adquiridas, que totalizava R\$ 3.000,00, dividido em dez parcelas de R\$ 350,00. Ao receber as mercadorias, estando a mesa danificada, Sueli devolveu-a à loja, obtendo abatimento no valor de R\$ 600,00 na compra e recebendo novo carnê para o pagamento.

A loja, entretanto, deixou de cancelar os documentos de cobrança anteriores, e, como Sueli passou a pagar o valor constante do novo carnê, deixando evidentemente de pagar o primeiro, enviou o nome de Sueli para o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Durante mais de um ano, Sueli tentou o cancelamento da inscrição de seu nome, sendo certo que nesse período teve por diversas vezes seu crédito negado em diferentes estabelecimentos comerciais. Nesse ínterim, a Loja Paraná fechou suas portas.

Sueli, assistida pela Defensoria Pública, propôs ação de reparação de danos, em litisconsórcio passivo, contra os donos da Loja Paraná, a Financeira Crédito Fácil e o SPC, pleiteando indenização no valor de R\$ 200.000,00. Citados, os réus contestaram, alegando, cada um deles, ilegitimidade passiva, e, no mérito, não serem responsáveis por eventual dano sofrido pela autora, que, ademais, não provara a ocorrência de qualquer fato que pudesse configurar o alegado dano. Aduziram, também, que o valor do dano pleiteado era excessivo e geraria enriquecimento sem causa da autora.

O juiz indeferiu a produção de prova por entendê-la desnecessária na hipótese, havendo os réus interposto agravo retido da decisão, sob a alegação de cerceamento de defesa. Em seguida, o juiz proferiu sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito por entender que nenhum dos réus era parte legítima *ad causam* porque: a) a ré Loja Paraná já não mais existia; b) a ré Financeira Crédito Fácil não podia ser responsabilizada pelo dano porque não fora ela quem dera causa à negativação da autora junto ao SPC, estando fora da relação de compra e venda e não podendo ser considerada prestadora de serviço algum; c) o réu SPC não podia ser responsabilizado pelo dano porque tão-somente arquiva os nomes que lhe são remetidos pelos comerciantes e informa se o nome está negativado, quando solicitado.

Diante da sentença proferida pelo juiz na situação hipotética acima relatada, redija, na condição de defensor público, o recurso que entender interponível, alegando toda a matéria de direito material e processual pertinente, analisando, ainda, se os réus deveriam apelar para ver apreciada em segundo grau a questão relativa ao cerceamento de defesa, objeto do agravo retido.

PEÇA CÍVEL – RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PEÇA CÍVEL – RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PROVA DISCURSIVA P₆

- Nas questões a seguir — cada uma delas valendo **cinco** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas **FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS** da prova P₆ — Questão 1 e Questão 2 —, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, utilize, no máximo, **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além dessa extensão será desconsiderado.
- Será anulado o texto definitivo correspondente a determinada questão mas escrito na página correspondente ao texto de outra questão.

ATENÇÃO! Nas folhas de textos definitivos das provas discursivas, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Quanto ao mandado de segurança, responda fundamentadamente as seguintes indagações.

- a) Pode o juiz conceder a ordem com fundamento em ilegalidade que não tenha sido alegada pelo impetrante na inicial?
- b) Deve o juiz determinar a citação da pessoa jurídica de direito público a quem se vincula a autoridade coatora, ou basta a notificação desta para regularizar o pólo passivo da segurança?
- c) Pode a autoridade coatora apelar da sentença que conceder a ordem?
- d) O particular, que venha a ser prejudicado pela concessão da liminar, pode pleitear a suspensão de segurança perante o presidente do Tribunal, alegando legítimo interesse jurídico na causa?

QUESTÃO 2

Realizado julgamento pelo tribunal do júri, foi lavrada ata, da qual constaram os seguintes protestos apresentados pela defesa:

- indeferimento de adiamento do julgamento, porque a testemunha arrolada, em contrariedade ao libelo com a cláusula de imprescindibilidade, mudou-se para comarca contígua e não foi intimada, sem que disso tivesse ciência a defesa;
- desistência de testemunha arrolada pela acusação durante intervalo do almoço, sem ciência do defensor;
- oitiva de testemunha não-arrolada pelas partes a pedido de jurado.

Foi proferida sentença do seguinte teor.

Vistos etc.

Júlio César foi denunciado e pronunciado pela prática de homicídio qualificado pela torpeza e surpresa. Submetido a julgamento pelo tribunal popular, foram reconhecidas a surpresa e a agravante articulada pelo promotor de justiça durante os debates do abuso da hospitalidade.

A tese da defesa, legítima defesa própria, foi rejeitada por quatro votos. Apesar de ter sido reconhecido que o réu agiu repelindo injusta agressão a direito seu e a atualidade, entenderam os jurados que a ação não foi moderada e que os meios não eram necessários, o que caracterizou excesso doloso.

Posto isso, condeno Júlio César nas penas do art. 121, § 2.º, incisos I (torpeza), porque realmente ocorreu, e IV (surpresa), c/c art. 61, inciso II, letra “f”, do Código Penal brasileiro.

Passo à dosagem da pena.

O réu é primário, possui bons antecedentes, é trabalhador e está terminando curso de doutorado. Por lhe serem favoráveis as circunstâncias judiciais, fixo-lhe a pena base um pouco acima do mínimo legal, ou seja, quinze anos de reclusão; servindo a qualificadora do motivo torpe como agravante, elevo-a em um ano, totalizando dezesseis anos de reclusão.

Tendo sido reconhecida a agravante da hospitalidade aumento-a em mais um ano, tornando-a definitiva em dezessete anos de reclusão, à míngua de quaisquer outras causas de aumento ou diminuição.

A execução do crime iniciou-se antes da entrada em vigor da lei dos crimes hediondos, entretanto, o resultado morte ocorreu quando já em vigor tal legislação, daí que o regime de cumprimento da pena será o integralmente fechado.

Publicada em plenário e intimadas as partes, registre-se.

Transitada em julgado, expeça-se mandado de prisão.

Sala de sessões, quinta-feira, 8/9/1999.

Diante da situação hipotética acima, elabore as razões de apelação, desprezando a petição de interposição e o relatório. Considere ter sido apresentada no último dia do prazo e não ter ocorrido qualquer causa interruptiva ou suspensiva.

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	